



1749 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 16 - Relações Étnico-Raciais

#### RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: UMA BREVE DISCUSSÃO

Eduarda Souza Gaudio - Prefeitura Municipal de Florianópolis

Este artigo busca promover discussões e reflexões sobre os modos como se efetivaram as relações raciais no Brasil e sua influência na constituição das políticas sociais e no sistema de educação público. Apresenta também a importância dos movimentos sociais para a criação de políticas públicas que possibilitam dar visibilidade a história da população negra, bem como problematiza o currículo dos Cursos de Pedagogia e a inserção da educação das relações étnico-raciais durante o percurso formativo dos/as professores/as brasileiros/as. Este estudo justifica-se pela necessidade de ampliação dos debates acerca das relações étnico-raciais promovidos na formação inicial de professores/as em conformidade com as orientações apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Nesse sentido, os referenciais teóricos desse artigo se fundamentam em Ramos (1981), Dávila (2006), Munanga (2008), Passos (2014) e Shucman (2014) que buscam dar visibilidade a história e a cultura da população negra.

#### RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: UMA BREVE DISCUSSÃO

##### RESUMO

Este artigo busca promover discussões e reflexões sobre os modos como se efetivaram as relações raciais no Brasil e sua influência na constituição das políticas sociais e no sistema de educação público. Apresenta também a importância dos movimentos sociais para a criação de políticas públicas que possibilitam dar visibilidade a história da população negra, bem como problematiza o currículo dos Cursos de Pedagogia e a inserção da educação das relações étnico-raciais durante o percurso formativo dos/as professores/as brasileiros/as. Este estudo justifica-se pela necessidade de ampliação dos debates acerca das relações étnico-raciais promovidos na formação inicial de professores/as em conformidade com as orientações apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Nesse sentido, os referenciais teóricos desse artigo se fundamentam em Ramos (1981), Dávila (2006), Munanga (2008), Passos (2014) e Shucman (2014) que buscam dar visibilidade a história e a cultura da população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação - Relações Étnico-Raciais – Formação de professores/as.

##### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As relações raciais no Brasil vêm sendo discutida por estudiosos/as e pesquisadores/as das diferentes áreas de conhecimento procurando compreender os modos como a relação entre brancos e negros se consolidaram nesse país. Para isso precisamos considerar os processos históricos e sociais que constituíram as relações raciais, em particular no Brasil, tentando compreender as implicações produzidas pelas diferentes perspectivas que transitaram essa discussão.

O artigo busca discutir as perspectivas raciais que estruturaram e continuam estruturando as relações em nosso país, dando destaque as concepções raciais que constituíram os sistemas de educação, bem como as políticas educacionais brasileiras. Além disso, discutiremos acerca da ideologia racial que permeia as propostas curriculares para formação de professores/as e a importância que os movimentos sociais e as políticas públicas podem exercer para disseminar os processos de dominação de raça na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a proposta do trabalho é dar continuidade às discussões e reflexões sobre as formas de constituição das relações raciais no Brasil, procurando articular com a política de formação de professores/as que oculta os conhecimentos e a história produzida pela população negra. Para a discussão, nos apoiaremos em pesquisadores/as e autores/as como: Ramos (1981), Dávila (2006), Munanga (2008), Passos (2014) e Shucman (2014) que resistem aos paradigmas hegemônicos e visibilizam os saberes e conhecimentos dos povos colonizados.

##### RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: ALGUMAS PERSPECTIVAS

Segundo o Atlas da Violência<sup>1</sup> (2017) as principais vítimas de homicídios no Brasil possuem um perfil muito particular: homens, negros, jovens e com baixa escolaridade. A diferença de letalidade contra negros/as em relação ao restante da população vem crescendo assustadoramente. Na medida em que houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros/as, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%, totalizando um aumento de 34,7% na diferença de letalidade contra negros/as. Ao cruzar as diferenças raciais com o aspecto de gênero, os números demonstram que enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 7,4%, entre 2005 e 2015, o indicador equivalente para as mulheres negras aumentou 22,0%.

Ainda sobre as estatísticas brasileiras, a Síntese dos Indicadores Sociais<sup>2</sup> (2017) que analisa as condições de vida da população revelou que, embora a última década tenha atingido alguns avanços, permanece mantendo no desemprego e na informalidade grupos

populacionais considerados mais vulneráveis como pretos ou pardos, mulheres e jovens. A população preta ou parda continua constituindo a maior parte da população desempregada no Brasil, bem como há maior proporção de trabalhadores/as pretos/as ou pardos/as na informalidade do mercado de trabalho comparado com os/as trabalhadores/as brancos/as. Entre os/as jovens as desigualdades raciais são ainda mais cruéis, visto que tanto a frequência escolar quanto o nível de ocupação são mais altos para os/as jovens brancos/as do que para os/as jovens pretos/as ou pardos/as. A desigualdade aumenta se compararmos homens brancos com mulheres pretas ou pardas, uma vez que uma jovem preta ou parda possui 2,3 mais chances de não estudar e não estar ocupada comparada a um jovem branco.

Esses são alguns dos milhares de dados que legitimam a existência de uma hierarquia racial que determina as relações sociais na sociedade brasileira e propaga os mecanismos de reprodução social que mantêm a população negra na base da pirâmide social. Embora tenha passado quase 130 anos de abolição da escravidão em nosso país, as práticas de reprodução social continuam operando de diferentes modos como uma ideologia que preserva a hegemonia da supremacia racial branca.

A ideologia racial tem sua origem no campo da biologia que estabeleceu uma classificação dos indivíduos baseada em aspectos fenotípicos. Essas teorias raciais foram apropriadas e disseminadas na sociedade brasileira no fim do século XIX, balizadas pela relação existente entre características físicas e competência intelectual das pessoas, classificando-as mediante supostos estágios de desenvolvimento. Para Munanga (2008) esse pensamento estava atrelado à crença de “raças humanas que são resultado de uma mestiçagem primitiva que corrompeu o homem branco, misturando seu sangue com o sangue das bestas” (MUNANGA, 2008, p. 25). As raças humanas eram consideradas “degenerações” ocorridas devido às alterações climáticas, a partir da raça branca que representava o ideal da espécie.

Munanga (2008) chama atenção ao considerar a mestiçagem não exclusivamente como um fenômeno biológico que produz novas espécies por meio do cruzamento entre populações distintas. O processo de mestiçagem é conceituado pelo autor, sobretudo, como um mecanismo ideológico que propaga categorias cognitivas e pensamentos racializados acerca dos sujeitos que compõem as populações negras. Por meio desses aspectos psíquicos construídos historicamente acerca dos/as sujeitos/as negros/as, fundamentalmente especialmente por elementos ideológicos estabelecidos pela ciência da época, que foram constituídas as relações raciais em nosso país.

O término do sistema escravista no Brasil produziu uma demanda fulcral entre os setores da elite política e intelectual que estavam preocupados com a formação da nação e a consolidação de uma identidade nacional brasileira. Esse grupo de alta sociedade buscava compreender as desigualdades sociais que estavam sendo ocasionadas naquele momento mediante a ideia de “raça”. Balizados pelas teorias raciais da época, acreditava-se que a população negra poderia influenciar de maneira negativa na composição do país, ameaçando o desenvolvimento de uma identidade étnica.

Estudiosos brasileiros preocupados com a pluralidade racial produzida pela colonização sustentaram-se na ideologia racial que propagava a existência da superioridade da raça branca em relação aos não brancos. Esses pensadores, embora houvesse diferentes perspectivas, buscavam criar formas e elementos de transformação dessa pluralidade de raças, acreditando na possibilidade de branquear o país e construir uma única identidade nacional[3].

Guerreiro Ramos (1981) ao tentar criar uma sociologia própria com identidade brasileira, classificou o pensamento sobre relações raciais no Brasil em três correntes: crítica assimilativa, que acreditava na ideia de branqueamento no Brasil com o passar dos anos; monográfica, que importava saber os antepassados das pessoas para poder se antecipar do futuro brasileiro; nova fase, que marca o processo pelo qual se busca mostrar que a população negra produz conhecimento.[4]

Os intelectuais que apoiavam o branqueamento da população brasileira consideravam o processo de mestiçagem como uma das primeiras estratégias eficientes na formação de novas espécies. Esse ideal de embranquecer o país operou de maneira coercitiva, através de diferentes mecanismos físicos e psicológicos sobre a população negra de modo a tornar-se um dispositivo dos sistemas de governo até meados do século XX, estabelecendo como critérios de classificação racial as características físicas e culturais dos indivíduos.

Os líderes de governo brasileiro, balizados pelo racismo científico do século XIX, impediram manifestações identitárias de povos africanos e indígenas, determinados a submeter-se à cultura hegemônica, europeia, cristã, baseada no ideal de branqueamento. Os efeitos dessa ideologia, embora sejam imensuráveis, incidem sobre a população negra que tem a própria identidade negada, além de serem culpabilizados pela discriminação e desigualdades sofridas.

Nessa discussão, o racismo opera atualmente na sociedade brasileira como uma construção ideológica que atua individualmente através das relações sociais entre as pessoas e, coletivamente, por meio da organização da estrutura social e econômica do país. Em virtude do racismo e de um ideal de beleza que preconiza a branquitude como um padrão de identidade racial, é preciso levar em consideração os privilégios causados pelo processo histórico que favoreceu apenas um grupo social em detrimento de outro.

A respeito do poder da identidade racial branca, Schucman (2014, p. 57) fornece subsídios que busca deslocar a perspectiva que aponta o racismo para cada sujeito e transfere para a compreensão das diferentes estruturas de poder que compõe a sociedade. A autora destaca alguns elementos que estabelecem o poder que a branquitude pode representar, como: a ideia de que a branquitude seja a única identidade racial normal e os privilégios materiais e simbólicos que se têm em ser branco/a, produzidos em diferentes situações do cotidiano.

Deste modo, Shucman (2014) considera o/a branco/a não só como privilegiado/a nessa estrutura racializada, assim como um agente ativo na produção de estratégias capazes de reproduzir a discriminação e o mito da democracia racial[5]. Os dispositivos construídos para operar o racismo na sociedade brasileira mantêm os/as brancos/as no topo da hierarquia social, impedindo a população negra ocupar e acessar as diferentes esferas sociais e os bens historicamente produzidos, como evidenciam pesquisas e os dados estatísticos apresentados no presente texto. Embora a ideologia racial produza mecanismos que favorecem apenas os/as brancos/as, esse privilégio não é reconhecido como tal, visto que a convicção na democracia racial desloca a responsabilidade brasileira pela luta contra a discriminação, propagando um discurso consensual da existência de igualdade de oportunidades em nossa sociedade (SCHUCMAN, 2014, p.27).

## **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS**

O sistema de educação pública no Brasil foi estabelecido com base nas concepções engendradas sobre raça, na tentativa de construir uma nação social e culturalmente branca. Sobre isso, os estudos do historiador Jerry Dávila (2006) colaboram para compreender a influência que o pensamento racial teve nas discussões e na elaboração de políticas sociais nas primeiras décadas do século XX. O campo pesquisado pelo autor foram às escolas públicas criadas no Rio de Janeiro e o impacto que sofreram a partir da implementação de reformas educacionais lideradas por um grupo de intelectuais reconhecidos como “Pioneiros da Educação”[6]. As reformas realizadas nos sistemas de educação, apesar de pretender a expansão do ensino público, provocaram violentas desigualdades embasadas em concepções eugênicas na tentativa de criar uma única “raça brasileira”, saudável e nacionalista.

Conforme as ideias e as perspectivas de alguns estudiosos e pesquisadores sobre raça no Brasil, os reformadores da educação tentaram transformar a escola pública num espaço de supremacia branca, disseminando a ideia que os/as brancos/as eram superiores e as pessoas de ascendência negra eram degeneradas. Essa ideologia foi efetivada através de estratégias baseadas nas ciências eugênicas que buscavam aperfeiçoar a população humana por meio do aprimoramento dos traços hereditários. Dávila (2006) ressalta que o nacionalismo eugênico no Brasil era formado por médicos/as, sociólogos/as, psicólogos/as, higienistas e antropólogos/as que criavam mecanismos que pretendiam melhorar gradualmente a adequação eugênica dos sujeitos. Entre os dispositivos criados, o autor menciona o cuidado pré e neonatal, a saúde, a higiene pública, a psicologia, a cultura geral e a forma física (DÁVILA, 2006, p.31).

Os eugenistas brasileiros se organizavam em grupos e associações ligadas aos programas e projetos educacionais, em âmbito federal, estatal e municipal, comprometidos com a formação de técnicos/as e profissionais nas diferentes áreas de interesse como a eugenia, a psicologia, a puericultura, a higiene e a educação física. Conforme os estudos de Dávila (2006) esses eugenistas se particularizavam por transportar de dentro dos laboratórios para os sistemas de políticas públicas, os dispositivos capazes de embutir no imaginário das pessoas as ideias de inferioridade racial (DÁVILA, 20016, p. 55).

Nesse momento, o Rio de Janeiro possuía um dos maiores sistemas de educação do país, tornando-se foco das atenções dos "grandes" reformadores de diversos estados. Os projetos de educação criados por esses intelectuais buscavam "tratar as deficiências" que as crianças apresentavam, aplicando uma bateria de testes psicológicos, físicos e eugênicos, para que fosse possível estabelecer os padrões pelos quais elas seriam classificadas. Para além desses exames, as meninas e os meninos que passariam a frequentar uma instituição, eram submetidos/as por programas na escola que inspecionavam as condições de saúde e higiene registradas e expostas num cartaz na porta da sala.

O historiador supracitado também oferece subsídios capazes de perceber os modos como uma elite branca, médica, científico-social e intelectual conseguiu transfigurar suas concepções acerca da raça para o sistema de ensino público do país. O excerto transcrito abaixo expressa a perspectiva sobre esses mecanismos de hierarquização racial pelos quais as crianças, jovens e profissionais foram submetidos/as.

Os educadores que trabalhavam no Rio de Janeiro estabeleceram uma fórmula para colocar em prática o sistema escolar que aperfeiçoaria a raça. Esse sistema escolar utilizava a branquidão como reta de chegada. Os brancos e os mais privilegiados eram recompensados com oportunidades educacionais inovadoras. Reciprocamente, o sistema escolar forneceria uma experiência de recuperação para crianças que não atingiam esses padrões. O sistema funcionou de modo eficiente e científico, selecionando aqueles alunos com base em sua saúde e inteligência. O processo educacional foi cientificamente projetado para fornecer saúde, disciplina e cultura. As escolas foram abastecidas com profissionais cada vez mais brancos e mais bem treinados. Todos esses processos foram estudados cuidadosamente e relatórios sobre eles eram publicados e divulgados em todo país, para que as soluções irradiassem da capital a todas as regiões. Guiados pela ciência e confiantes no futuro do seu país, esses educadores forneceram ao Brasil um diploma de branquidão, dando nova forma a desigualdades persistentes. (DÁVILA, 2006, p. 368).

Em conformidade com a discussão, podemos perceber que essas políticas sociais que foram aplicadas no sistema escolar, baseadas na ideologia racial, estavam carregadas de princípios científicos e médicos que não pareciam apresentar prejuízos às pessoas. Diante disso, as escolas tornaram-se espaços determinantes para a execução desse projeto de sociedade, comparando-as como hospitais que cuidavam e recuperavam as crianças dos costumes e comportamentos considerados insalubres e ameaçadores para o futuro da sociedade.

## **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA**

Consoante ao debate apresentado, compreendemos que a ideologia racial definidora da superioridade de um grupo social em detrimento de outro, balizou a formação dos/as professores/as no Brasil, bem como as práticas curriculares e extracurriculares que hierarquizam as relações e continuam sendo reproduzidas até os dias de hoje. Embora as propostas curriculares para a Educação Básica, bem como a política de formação de professores/as tenham sofrido muitos avanços nos últimos anos, ainda é possível perceber a reprodução de ideias e conteúdos fundamentados em concepções racistas, operando de diferentes modos nos sistemas de educação.

O currículo é resultado de uma seleção de conhecimentos e saberes muitos particulares que se deseja produzir numa determinada sociedade, estritamente articulado por uma ideologia (SILVA, 2015). As relações de raça, de gênero, de sexualidade, de poder e de dominação estão imbricadas nesse projeto curricular que revelam categoricamente como ser homem ou mulher, branco ou negro, heterossexual ou homossexual, entre outras dimensões. Nessas relações, a identidade étnico-racial é aprendida desde muito cedo pelas pessoas nos diferentes espaços de socialização - família, escola, igreja, mídia, livros, revistas e filmes – exibem e reproduzem constantemente relações de poder desiguais.

Pesquisas revelam que desde muito pequenas, meninas e meninos negros convivem com experiências e práticas preconceituosas e estereotipadas em espaços coletivos de educação [7]. Essas relações efetivadas entre crianças e seus pares e profissionais da educação influenciam diretamente na construção das identidades, através das diferentes formas de linguagens, comportamentos e atitudes que desvalorizam e omitem os conhecimentos produzidos pela população negra. Essas investigações, além de denunciarem a incidência de práticas racistas e relações desiguais em instituições de ensino públicas, revelam a necessidade de inserção dos conteúdos que promovam uma Educação das Relações Étnico-raciais nos cursos de formação de professores/as para a Educação Básica.

Nessa discussão, destacamos as contribuições que o Movimento Negro e as associações de defesa dos direitos civis e humanos vêm possibilitando para a sociedade brasileira. As ações realizadas pelos movimentos negros, através da resistência e das manifestações contra atitudes discriminatórias e racistas, vêm buscando a criação de políticas públicas capazes de transformarem os efeitos causados pela escravização e pelo abandono estatal no pós-abolição.

A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância realizada em 2001, em Durban, deu início a um grande debate político e à criação de estratégias que visam reparar os danos sofridos pela população negra. Nesse momento, o Brasil afirmou o compromisso de criar políticas públicas de ações afirmativas buscando transformar o panorama de desigualdades sociais que a população negra enfrentou, e ainda enfrenta, em diversas esferas sociais.

Outro fator de grande importância para a discussão das relações raciais no Brasil trata-se da fundação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003, após empenhos do Movimento Negro no Brasil e o reconhecimento do governo do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo principal de formular, coordenar e articular políticas públicas de promoção da igualdade racial.

No mesmo ano, a promulgação da Lei Federal 10.639/03, alterou a Lei 9.394/96, obrigando a inserção, nos currículos oficiais da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares. Para subsidiar essa determinação legal foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) no sentido de reconhecer a identidade racial da população brasileira. As Instituições de Ensino Superior ganharam destaque nesse documento, especialmente aquelas que ofertam programas de formação inicial e continuada de professores/as que devem incluir nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes (BRASIL, 2004, p.01).

Esse documento que busca orientar, planejar, executar e avaliar as ações desenvolvidas para uma educação das relações étnico-raciais evidencia a grande importância que os cursos de formação inicial e continuada de professores/as assumem na produção dos conhecimentos da história e cultura africana e afro-brasileira e no reconhecimento da diversidade étnico-racial presente na nação brasileira.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009) também é considerado um marco importante nos esforços de implementação da Lei Federal 10.639/03. Esse documento é resultado de solicitações advindas dos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, que juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), além de intelectuais e militantes da causa antirracista. A formação inicial das Instituições de Ensino Superior é sinalizada novamente como uma das estratégias capazes de transformar os conhecimentos existentes acerca das relações étnico-raciais. O plano apresenta a Política de formação inicial e continuada e a Política de materiais didáticos e paradidáticos como principais eixos de implementação das Leis 10639/03 e 11645/08. Além disso, o documento destaca as atribuições das instituições de ensino, sobretudo as de ensino superior, apresentando como principais ações:

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;
- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes.
- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008 (...) (BRASIL, 2009, p. 42 e 43).

Conforme as estratégias expostas pelo documento, percebemos a importância da inserção dos aspectos que abrangem as relações étnico-raciais e a história da população negra no Brasil nos cursos de formação de professores/as. Diante das demandas que as Leis 10.639/2003 e 11645/08 apresentam, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009), torna-se necessário indagar e analisar qual o lugar que a temática das relações étnico-raciais vem ocupando nos cursos de formação de professores/as da educação básica nas universidades federais brasileiras.

De acordo com estudo realizado por Passos (2014) a educação das relações étnico-raciais não tem ocupado um lugar relevante nos currículos ofertados no estado de Santa Catarina[8], seja pela generalidade de sua abordagem, seja pela carga horária insignificante para tais discussões (PASSOS, 2014, p.194). Para a autora a democratização da educação básica precisa considerar nos currículos de formação de professores/as os conhecimentos produzidos pela população negra, os modos de constituição das relações raciais no Brasil, bem como o racismo que estrutura a sociedade e mantém os/as negros/as na base da pirâmide social.

Logo, problematizar sobre as propostas curriculares reproduzidas na formação de professores/as do país é tensionar as relações de poder fundamentadas numa visão colonialista historicamente construída. Analisar os conhecimentos selecionados nos currículos dos cursos de pedagogia é adentrar num território de disputas de saber, identidade e poder (SILVA, 2015). Compreendendo o currículo como construção social, acreditamos na necessidade de sua ampliação para inserir os processos de dominação dos povos socialmente invisibilizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou compreender os modos como as relações raciais foram construídas no Brasil e sua influência na produção de políticas sociais nos sistemas de educação. Baseadas numa perspectiva de branqueamento da população, as políticas educacionais e as propostas curriculares apresentam, até os dias de hoje, concepções preconceituosas e estereotipadas acerca da população negra. Os mecanismos de exclusão social que inferiorizam as manifestações de cultura africana e afro-brasileira, criados a partir do século XIX, continuam presentes, seja através das práticas de ações de discriminações individuais ou do racismo que está na estrutura dessa sociedade.

Com base no exposto, compreendemos a importância de considerarmos essa abordagem na formação inicial de professores para possibilitar que estes promovam uma educação para as relações étnico-raciais nas unidades de ensino da Educação Básica, reconhecendo a história da cultura africana e afro-brasileira e contribuindo com a redução das desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Brasília: MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017 147p. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso 02/01/2018.

\_\_\_\_\_. **Atlas da Violência 2017.** [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf) . Acesso em 02/01/2018.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMOS, Guerreiro. **O problema do negro na sociologia brasileira** In: Introdução crítica à sociologia brasileira. Disponível em: <https://archive.org/details/OProblemaDoNegroNaSociologiaBrasileira>. Acesso em 09 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Fabiana. **Um estudo sobre a creche:** o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas, Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

PASSOS, Joana Célia dos. As relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados **Poesis:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina. v,8,n.13. UNISUL, 2014.

SILVA, JOÃO Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de SP. São Paulo: Annablume, 2014.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial em espaços de educação infantil.** 2011. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo

[1] O Atlas da Violência é um documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), baseado nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Para maiores informações acessar [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf).

[2] Esse documento elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2012 a 2016 buscou analisar as condições de vida da população brasileira a partir do eixo das desigualdades sociais. Para maiores informações ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>.

[3] Entre os intelectuais que buscavam uma única identidade para o Brasil, Munanga (2008, p. 48 e 49) destaca: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Raimundo Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, entre outros.

[4] Para aprofundar as diferentes perspectivas assumidas pelos intelectuais que se dedicaram a compreender as relações raciais naquele momento histórico ver: RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. In: Introdução crítica à sociologia brasileira. Disponível em: <https://archive.org/details/OProblemaDoNegroNaSociologiaBrasileira>. Acesso em 09 de janeiro de 2018; e MUNANGA, K. A mestiçagem no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

[5] Conforme Munanga (2008) o mito da democracia racial no Brasil propaga a “idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade” (MUNANGA, 2008, p. 77).

[6] Entre os intelectuais que se destacaram durante as reformas que ocorreram nos sistemas educacionais naquele momento histórico, Dávila (2006) ressalta Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Antônio Leão. Para maiores informações ver: DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

[7] Para maiores aprofundamentos ver pesquisas de CAVALLEIRO, 1998; OLIVEIRA, 2004; TRINIDAD, 2011.

[8] A pesquisadora elencou como objeto de análise os projetos pedagógicos dos cursos de História e Pedagogia de dez universidades catarinenses. Para maiores aprofundamentos ver: PASSOS, Joana Célia dos. As relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados. Poesis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina. v,8,n.13. UNISUL, 2014.